

CAPITAL SOCIAL E SUAS DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS

Luciana Pereira Leis¹, Carolina Miranda Cavalcante²

Resumo: O objetivo do presente artigo é uma análise do conceito de capital social a partir da leitura das principais obras de Putnam, Coleman e Bourdieu. Tais autores, referidos na literatura como os difusores do conceito de capital social no âmbito das ciências sociais, podem ser classificados em duas correntes: uma econômica, mais focada nos aspectos econômicos do capital social e nas teorias da ação racional (Putnam e Coleman); outra sociológica, que enfatiza a ideia de enraizamento social (Bourdieu). A segunda corrente adotaria uma perspectiva mais holística, chamando atenção para os aspectos estruturais na formação do capital social, enquanto a primeira estaria voltada à investigação dos mecanismos canalizadores da ação racional para a construção de redes de relacionamento dotadas de capital social. Tendo em vista a atenção dada à ideia de capital social por instituições internacionais, como o Banco Mundial, uma análise do conceito de capital social se faz necessária, haja vista a multiplicidade conceitual observada na literatura acerca desse tema.

Palavras-chave: capital social, redes sociais, instituições.

SOCIAL CAPITAL AND THEIR CONCEPTUAL DIVERGENCES

Abstract: This article aim is an analysis of social capital's concept from the perspective of the chief works of Putnam, Coleman and Bourdieu. These authors, referred in the literature as the disseminators of the concept in the social sciences, can be classified in two branches: an economic one, more focused in the economic aspects of social capital and in the theories of rational action (Putnam and Coleman); and an sociological one, which gives emphasis to social embeddedness (Bourdieu). The second branch adopts a more holistic perspective, calling attention to the structural aspects in the formation of social capital. The first branch pays attention to the investigation of the mechanisms that directs rational action to the construction of networks endowed with social capital. Given the attention that international institutions direct to social capital, as the World Bank does, an analysis of the concept of social capital is necessary if we take into account the lack of conceptual accuracy verified in the literature concerned with this subject.

Keywords: social capital, social networks, institutions.

1 Mestre em Ciências Econômicas. Especialista em Políticas Públicas do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

2 Doutora em Ciências Econômicas. Professora da Faculdade Nacional de Direito (UFRJ).

“Só então soube, realmente, que meu raciocínio anterior conduzira-me para perto da verdade. De modo que as idéias, que eu usava antes para figurar-me um cavalo que ainda não vira, eram puros signos, como eram signos da idéia de cavalo as pegadas sobre a neve: e usam-se signos e signos de signos apenas quando nos fazem falta as coisas.” (“O Nome da Rosa”, Umberto Eco)

1. Introdução

A literatura que faz uso do conceito de capital social identifica divergências conceituais e focos de pesquisa distintos entre os autores seminais – Robert Putnam, James Coleman e Pierre Bourdieu –, comumente iniciando suas análises com um debate acerca do conceito de capital social³. Destarte, o objetivo desse artigo é a análise do conceito de capital social nesses autores seminais. Na leitura das obras nas quais os referidos autores tratam do conceito de capital social é possível verificar distintos usos para o mesmo termo. Nesse sentido, faremos uma breve exposição do esquema conceitual de Putnam, Coleman e Bourdieu, autores difusores do conceito de capital social no âmbito das ciências sociais. Embora o conceito de capital social tenha aparecido de forma conspícua apenas na década de 1970, suas origens remontam à década de 1910. No item 2, apresentamos uma noção inicial do que vem a ser capital social, bem como a gênese do termo.

Nos debates relacionados à temática do capital social é possível verificar duas correntes interpretativas, uma econômica e uma sociológica. A corrente econômica busca entender os mecanismos que permitem à ação racional incrementar o estoque de capital social de uma determinada comunidade, tratando o capital social como mais um termo da função de produção. O foco, portanto, estaria direcionado aos aspectos econômicos relativos ao capital social e às teorias da escolha racional, desembocando muitas vezes em análises envolvendo a avaliação em termos de custos de transação. Outra característica dessa corrente é a tentativa de operacionalização do conceito de capital social, preocupando-se com o desenvolvimento de formas de mensuração e de construção de índices capazes de quantificar, inclusive aspectos qualitativos das relações sociais, o estoque de capital social de uma localidade, seja ela um pequeno grupo, uma região ou um país. Essa abordagem do capital social se aproximaria das concepções de Putnam e Coleman.

A corrente sociológica enfatiza aspectos estruturais na formação e/ou modificação do conjunto de práticas consideradas componentes do capital social de uma localidade. Nesse sentido focaliza menos o indivíduo, direcionando sua atenção para a análise das redes de relacionamento, da confiança que emerge das relações que os indivíduos estabelecem entre si. Ademais, considera o enraizamento da ação individual nessas redes de relacionamento, buscando nas estruturas sociais formadoras da visão de mundo desses indivíduos a explicação para um maior ou menor nível de capital social. Bourdieu é o autor que fornece as bases para essa compreensão mais holística do capital social. Com base nessa distinção entre

3 Ver, por exemplo, Melo; Regis; Bellen (2015), Menezes; Oliveira; Carnielo (2012), Santos (2003), Marconatto; Pedrozo (2011), Tódero; Macke (2015).

uma corrente econômica e uma sociológica, expomos o esquema conceitual de Coleman, Putnam e Bourdieu no item 3.

No item 4, apresentamos algumas críticas direcionadas ao uso e ao conceito de capital social. Algumas dessas críticas destacam a falta de consenso quanto ao conceito e a dificuldade de mensuração e construção de índices que permitam uma comparação entre países e entre regiões. Outros autores chamam a atenção para a própria pertinência do uso do conceito de capital social nas ciências sociais. Esses apontamentos críticos serão objeto do item 4. Por fim, na conclusão, traçamos algumas sínteses das principais ideias apresentadas ao longo do artigo.

2. Gênese do conceito de capital social

O termo “capital social” foi utilizado pela primeira vez por Lyda Judson Hanifan, em sua obra *The Rural School Community Center*. Datada de 1916, essa primeira referência ao capital social já se preocupava com o conceito de capital e afirmava que o capital social não se tratava de um estado real de capital, mas uma forma figurativa. Para Hanifan, capital social refere-se a elementos tangíveis do cotidiano das pessoas, como a boa vontade, camaradagem, simpatia e as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos e a família, tornando possível uma formação social.

No uso do capital social eu não faço qualquer referência à usual aceitação do termo capital, exceto em seu sentido figurativo. Não me refiro a um estado real, ou à propriedade particular ou ao dinheiro vivo, mas ao invés disso à vida que tende a fazer com que essas substâncias tangíveis somem para a maioria das pessoas em sua vida diária: isto é, boa vontade, companheirismo, simpatia, e intercâmbio social entre indivíduos e famílias que moldam a unidade social (...). (Hanifan, 1916, p.130) 4

Mais tarde, já na década de 1960, o tema volta a ser mencionado pela urbanista Jane Jacobs. Em 1961, no livro *The Life and Death of Great American Cities*, Jacobs aborda o termo capital social ao estudar o planejamento urbano. A autora defende que o desenvolvimento seria alcançado nas cidades em que os indivíduos estivessem conectados por redes sociais. Desse modo, o capital social se basearia nas redes sociais existentes em cada localidade.⁵

A emergência do conceito de capital social veio adicionar novas formas de capital aos debates no âmbito da Ciência Econômica. Os economistas clássicos reconheciam três fatores de produção – trabalho, terra e capital físico – como responsáveis pelo crescimento econômico, em que o capital físico poderia ser entendido como ferramentas e tecnologia. Na década de 1960 surge, a partir do trabalho de Theodore Schulz e Gary Becker, a noção

4 “In the use of social capital I make no reference to the usual acceptance of the term capital, except in a figurative sense. I do not refer to a real state, or to personal property or to cold cash, but rather to that life which tends to make these tangible substances count for most in the daily lives of people: namely good will, fellowship, sympathy, and social intercourse among the individuals and families who make up a social unit (...).” (Hanifan, 1916, p.130)

5 Balestro (2006, p. 28-29)

de capital humano, que sustenta que o conhecimento e as habilidades individuais, tendo como *proxy* a educação, seria responsável pela produtividade dos tradicionais fatores de produção – trabalho, terra e capital físico. Para traçar uma distinção entre capital social e capital humano, Woolcock (2001, p.69) sugere que o capital humano seria algo possuído pelos indivíduos, enquanto o capital social residiria nos relacionamentos.

Intuitivamente, então, a ideia básica de ‘capital social’ é que a família, os amigos e as associações constituem um importante ativo, que pode ser acionado numa crise, aproveitado em si mesmo e/ou empregado para ganho material. (Woolcock, 2001, p.67)⁶

Na década de 1980 surgem os primeiros trabalhos sociológicos de Coleman e de Bourdieu, nos quais o conceito de capital social é discutido, ainda que a partir de perspectivas distintas. Coleman (1988) busca estabelecer a ligação entre capital humano e capital social, demonstrando como a presença de capital social no âmbito familiar pode ajudar no maior acúmulo de capital humano por parte dos jovens pertencentes a essas famílias. Em Bourdieu (1986) o leitor poderá observar um esforço do autor no sentido do esclarecimento do que é capital e a partir daí a definição de capital social e sua relação com as outras formas de capital por ele sugeridas, o capital econômico e o capital cultural. No entanto, se em Coleman o capital social é visto de forma otimista, abrindo portas para aqueles que o cultivam, em Bourdieu o capital social é entendido como uma forma de restringir o acesso de determinados indivíduos a círculos seletos de pessoas, estas sim beneficiárias do ativo implicado em redes sociais exclusivas.

Woolcock (2001) identifica em uma série de fatores geopolíticos, ocorridos na década de 1990, a motivação para o retorno das questões sociais e institucionais aos debates concernentes ao desenvolvimento econômico, em que o conceito de capital social teria um papel de destaque nesses debates. Dente esses motivos estão a queda do comunismo e a necessidade de criação de instituições de mercado nas economias em transição, as crises do México, do Leste da Ásia, da Rússia e do Brasil, bem como o recorrente problema da pobreza mesmo nas economias mais prósperas (Woolcock, 2001, p.66). Precisamente na década de 1990, as teses de Putnam passam a fertilizar as teorias desenvolvidas no âmbito de organizações internacionais como o Banco Mundial (Motta, 2012).

Ainda na década de 1990 começam a surgir, em diversas áreas das ciências sociais, trabalhos voltados à apreensão de categorias até então negligenciadas nos debates sobre desenvolvimento, ao menos no âmbito do pensamento ortodoxo. Woolcock (2001, p.66) destaca a emergência dessas categorias em diversos campos do pensamento social, como na Economia, na Ciência Política e na Sociologia. Na Economia, o trabalho de Douglass North aponta o papel fundamental das instituições, formais e informais, no desenvolvimento econômico⁷. Na Ciência Política, Putnam destaca que a qualidade das associações cívicas

6 “Intuitively, then, the basic idea of ‘social capital’ is that one’s family, friends and associates constitute an important asset, one that can be called upon in a crisis, enjoyed for its own sake and/or leveraged for material gain” (Woolcock, 2001, p.67).

7 NORTH (1990).

seria o ponto de partida para a disseminação da informação e da confiança, o que criaria as condições para a emergência de instituições mais eficazes promotoras do desenvolvimento econômico. Na Sociologia, Peter Evans demonstra que o caráter predatório ou desenvolvimentista do Estado, dependeria de suas instituições públicas e da natureza das relações entre Estado e sociedade.

No final dos anos 1990, a literatura desenvolvimentista sobre capacidade institucional, redes sociais e participação comunitária inspirada por esses trabalhos começou a se aglutinar em torno de um arcabouço geral vagamente unido pela ideia de ‘capital social’. (Woolcock, 2001, p.66-67)⁸

Ao lado desses autores destacados por Woolcock (2001), podemos mencionar outros sociólogos que se preocuparam com questões relacionadas às instituições e ao impacto da qualidade das relações sociais na vida econômica dos indivíduos, comunidades e Estados. Podemos mencionar, por exemplo, o trabalho sobre laços e redes de Granovetter, que afirma a importância dos laços interpessoais para o acesso a oportunidades não disponíveis para indivíduos não pertencentes a determinadas redes de relacionamento. Como exemplo, o autor menciona o acesso a novas oportunidades de emprego, que muitas vezes dependem mais de quem o indivíduo conhece (capital social) do que de suas próprias qualificações profissionais (capital humano). Granovetter (1973; 1983) sugere assim a noção de redes como um elemento capaz de conectar as dimensões micro e macro da vida social, em que as relações interpessoais – os laços – funcionariam como mecanismos de transmissão do nível micro (ação individual) para o resultado macro (padrões de comportamento, regras sociais, instituições).

No início do século XXI, o termo capital social foi bastante utilizado tanto para fins puramente acadêmicos, em que é discutida a natureza do conceito e sua aplicabilidade, quanto para fins de políticas de desenvolvimento econômico, tendo ganhado bastante espaço no âmbito do Banco Mundial. Com o advento de novas plataformas de negócios e relacionamentos pela internet, o capital social vem ganhando uma nova aplicabilidade na compreensão do papel das redes sociais na vida das pessoas, bem como do impacto da *sharing economy* no mundo dos negócios⁹.

No que concerne ao conceito de capital social, não existe uma unidade conceitual na literatura especializada. Por um lado, Woolcock (2001) chama a atenção para a emergência de um consenso acerca da definição de capital social, construído sobre sólidas bases empíricas e que entende capital social como as normas e redes que promovem a ação coletiva. Por outro lado, Judge (2003), no entanto, identifica duas formas de abordagem do capital social, uma que o define funcionalmente, como um ativo, e outra que o define

8 “By the late 1990s, the development literature on institutional capacity, social networks and community participation inspired by these works began to coalesce around a general framework loosely together by the idea of ‘social capital’” (Woolcock, 2001, p.66-67).

9 Sobre a *sharing economy*, ou economia do compartilhamento, ver Schor; Frenken (2017), Schor (2015), Walker (2015), Lee (2015), Parigi; Cook (2015).

como um sistema de redes que moldam o tecido social. Na abordagem funcional estariam Coleman e Putnam, que entenderiam o capital social como um ativo capaz de gerar maior eficiência social e institucional.

A abordagem funcional busca identificar os fatores que habilitam o potencial produtivo da sociabilidade, e por meio disso abre as portas para um possível desenvolvimento através da intervenção de políticas públicas (Judge, 2003, p.4).¹⁰

Nessa abordagem, as mais citadas formas de capital social são: confiança, normas e redes. Por conseguinte, é através da confiança, das normas e das redes que a organização social poderá se converter em ação organizada, capaz de gerar maior eficiência social e maior desempenho institucional. Essa visão se aproxima do que denominamos como corrente econômica, se preocupando com os mecanismos de conversão da ação racional em capital social e, conseqüentemente, em maior eficiência social. No âmbito dessa abordagem funcional, ou econômica, o capital social aparece como mais um termo numa possível função de produção social. Essa abordagem funcional representa o que denominamos, nesse artigo, como corrente econômica. O esquema conceitual de Coleman e Putnam se enquadrariam nessa abordagem.

Bourdieu é o principal autor da abordagem que define capital social como redes de relacionamento, em que essas redes seriam entendidas como estruturas capazes de fornecer determinados recursos, dentre eles o acesso aos recursos econômicos. Essa compreensão de Bourdieu dá grande ênfase ao caráter estruturado do capital social, ou seja, este não é apenas um meio para se atingir determinados objetivos, mas é ainda parte constituinte das estruturas sociais que os atores sociais encontram disponíveis e que orientam suas ações e escolhas em sociedade. Essa abordagem calcada no sistema de redes será denominada, no âmbito desse artigo, como corrente sociológica.

Apesar da sugestão de uma divisão em duas correntes (sociológica e econômica), podemos identificar uma compreensão de capital social como redes de relacionamento, mesmo na perspectiva funcional de Putnam e Coleman. Se definirmos capital social de um modo mais geral, como um recurso voltado à obtenção de certas finalidades, será possível reunir sob essa concepção Coleman, Putnam e Bourdieu. Lin (2001, p.19) define de forma ainda mais restrita essa finalidade, compreendendo o capital social como um investimento em redes de relações estabelecidas no mercado objetivando um retorno esperado, ou seja, “indivíduos engajados em interações e redes sociais a fim de produzir lucro”¹¹. Contudo, enquanto Coleman e Putnam veem o capital social como um recurso disponível para os agentes econômicos, como os demais fatores de produção, Bourdieu aponta o caráter de associação exclusiva que delimita claramente quem está habilitado e quem não está habilitado a fazer parte de uma rede social dotada do recurso capital social.

10 “A functional approach seeks to identify the factors that enable the productive potential of sociability, and thereby open them to possible development through public policy intervention” (Judge, s.d., p.4).

11 Ver Lin (2001, p. 19).

3. Autores difusores do conceito de capital social

Embora o termo “capital social” tenha sido utilizado primeiramente em 1916, somente nas décadas de 1980 e 1990 que o conceito de capital social se dissemina nas ciências sociais a partir das obras de Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam. Nesses autores, o conceito de capital social é abordado de duas formas: (i) como resultado da ação racional, com foco nos mecanismos capazes de transformar redes de relacionamento num meio de aquisição de benefícios individuais, o que se aproxima do esquema conceitual desenvolvido por Putnam e Coleman; (ii) como resultado de um processo histórico, em que as redes de relacionamento disponíveis para os atores sociais resultam de suas ações passadas. Tais redes servem de base para as ações presentes, que por sua vez produzirão e/ou reproduzirão o conjunto de redes futuras, num processo contínuo e cumulativo. Essa definição de capital social, como redes de relacionamento, é fornecida por Bourdieu. Nas linhas seguintes faremos um retorno aos autores seminais aqui mencionados.

3.1. Pierre Bourdieu (1930-2002)

Os escritos de Bourdieu sobre capital social datam dos anos 1970, sendo resultado de seus estudos sobre a estrutura do espaço social. O autor, primeiramente, procurou estabelecer a cultura como algo dinâmico e criativo, um fenômeno estruturado. Bourdieu entende o mundo social como história acumulada, ou seja, as ações presentes dependem das estruturas preteritamente construídas, sendo tais ações responsáveis pelas estruturas sociais futuras. Assim ocorre com o próprio conceito de capital, que pode ser entendido como trabalho acumulado, afirmando sua natureza cumulativa, não contingente. Trata-se, portanto, de um processo histórico e não um mero produto do acaso.

O capital, que, em sua forma incorporada ou objetivada, leva tempo para se acumular e que, como uma capacidade potencial de produzir lucros e de reproduzir a si mesmo de forma idêntica ou expandida, contém uma tendência a persistir em sua existência, é uma força inscrita na objetividade das coisas de modo que tudo não é igualmente possível ou impossível. (Bourdieu, 1986, p.241-242)¹²

Baseado nessa concepção do mundo social, Bourdieu formulou sua concepção acerca das várias formas de capital. Haveria, portanto, três formas de capital: (i) o econômico, que é a raiz de todos os tipos de capital, pois é para ele que a acumulação sempre retorna; (ii) o capital cultural, que é a explicação de como a cultura da classe dominante se transforma numa dotação universal, permitindo que ela legitime a sua dominação sobre as outras classes; (iii) capital social, que representa os benefícios que os indivíduos podem obter a partir das suas redes de relacionamento.¹³

12 “Capital, which, in its objectified or embodied form, takes time to accumulate and which, as a potential capacity to produce profits and to reproduce itself in identical or expanded form, contains a tendency to persist in its being, is a force inscribed in the objectivity of things so that everything is not equally possible or impossible” (Bourdieu, 1986, p.241-242).

13 Schuller, Baron & Field (2000).

Segundo Portes (2000), Pierre Bourdieu, que já havia fornecido um conceito de capital social na obra *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, é o sociólogo contemporâneo de maior refinamento teórico nessa área de estudos. Para Bourdieu (1986, p.249), capital social é definido como “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo”, em que a solidariedade entre os diversos grupos pertencentes a essa rede é geradora de benefícios individuais. Para conseguir tais benefícios, os indivíduos precisam investir: (i) na institucionalização dessas redes, uma vez que estas não são dadas naturalmente; (ii) na confiança entre membros dos grupos sociais. A relação social, nesse cenário, possui grande significância para a reprodução do capital social, pois além de possibilitar que os indivíduos busquem os recursos disponíveis nas redes, permite também que os mesmos reclamem pela qualidade e quantidade desses recursos. Continuando o seu raciocínio teórico,

Bourdieu acentua a conversibilidade das diversas formas de capital e a redução, em última instância, de todas essas formas a capital econômico, definido como trabalho humano acumulado. Assim, os actores podem alcançar, através do capital social, acesso directo a recursos económicos (empréstimos subsidiados, informações de negócios, mercados protegidos); podem aumentar seu capital cultural através de contactos com especialistas ou com pessoas cultas (i.e., capital cultural incorporado); ou em alternativa podem filiar-se em instituições que conferem credenciais valorizadas (capital cultural institucionalizado). (Portes, 2000, p.135)

Para Bourdieu, as formas de capital são interligadas e possuem certa independência, em que o capital social “atua como um multiplicador para as outras duas formas, enquanto está sendo criado e mantido pela conversão do capital econômico e cultural num incessante esforço de sociabilidade” (Schuller, Baron & Field, 2000, p. 5). Assim sendo, Bourdieu entende capital social como um conjunto de redes que fornece aos indivíduos o acesso a recursos econômicos, de modo que em tempos de dificuldade “quem você conhece importa” (Judge, 2003, p.3). Segundo Gauntlett (2011), essa concepção de capital social acaba tendo um sentido de exclusividade ao selecionar quem pode fazer parte de determinados círculos sociais, restringindo o conjunto de oportunidades fornecido por uma determinada rede de relacionamentos àqueles que estão habilitados a dela participar.

3.2. James Coleman (1926-1995)

Coleman introduziu o princípio econômico da ação racional na análise dos sistemas sociais, em que o capital social possuiria o papel de instrumento de compreensão da ação social, combinando aspectos econômicos e sociológicos. Seu esquema teórico foi construído no âmbito de sua pesquisa na área de Educação, utilizando os dados obtidos com estudantes do Ensino Médio. Coleman tentou demonstrar que o capital social poderia ser utilizado como um meio para a criação de capital humano, bem como buscou ilustrar sua influência no cotidiano das famílias desses estudantes. (Feldman & Assaf, 1999).

O autor separa três formas de capital – o capital humano, o financeiro e o social –, usando a família como pano de fundo do processo de criação do capital humano. O capital financeiro funcionaria como insumo, medido pela renda das famílias, capaz de prover os recursos necessários para a formação educacional das crianças. O capital humano, mensurado

pela educação dos pais, estabeleceria o potencial de como os pais poderiam empenhar seu tempo e seu esforço no suporte de seus filhos durante o processo de aprendizado. O tempo e o esforço gastos pelos pais com a educação dos filhos caracterizaria o capital social existente na família, concretizando a criação de capital humano a partir do capital social.

Coleman (1988) separa as duas correntes intelectuais na descrição da ação social. Na primeira delas, as ações do ator social são governadas por normas, regras e obrigações; representa a corrente mais comum entre os sociólogos, descrevendo a ação no contexto social e mostrando como ela é moldada, construída e redirecionada por esse mesmo contexto. A segunda corrente, adotada pela maioria dos economistas, aborda o ator social nas suas ações isoladas, ou seja, este age independentemente e orientado pelo autointeresse, baseando-se no princípio da escolha racional e da maximização da utilidade. Coleman defende uma mescla dessas duas correntes, econômica e sociológica, na ideia de que o princípio da ação racional, construído pela teoria econômica neoclássica, combinado com um contexto social particular pode explicar tanto a ação isolada do indivíduo como o desenvolvimento da organização social. A partir disso, desenvolve sua visão de capital social, que para ele é uma ferramenta conceitual para uso teórico, e refere-se a um recurso que os indivíduos possuem para conseguir certas finalidades. (Coleman, 1988, pp. S95-S98)

O capital social é definido pela sua função. Não é uma única entidade, mas uma variedade de diferentes entidades, com duas características em comum: todas elas consistem em certos aspectos da estrutura social e facilitam certas ações dos indivíduos – pessoas ou indivíduos corporativos - desta estrutura social. (Coleman, 1988, p.S98)¹⁴

Ainda segundo o autor, há três formas de capital social. A primeira forma baseia-se nas expectativas, obrigações e confiança no meio social. Se um indivíduo A pratica uma ação em benefício de outro B, A espera que a ação seja recompensada no futuro por B. Isto gera uma expectativa em A e uma obrigação em B, que só vai se consolidar em um contexto social em que há confiança entre os agentes. A segunda forma seria baseada nos canais de informação. Como a informação é custosa e requer tempo e atenção para a sua obtenção, os potenciais de informação contidos nas redes de relacionamento seriam essenciais para diminuir esses empecilhos. A terceira e última forma de capital social são as normas que emergem das relações entre as pessoas. Se efetivadas, tornam-se bastante poderosas e a mais importante delas é quando o ator, em detrimento do interesse próprio, age em prol da coletividade. Se um indivíduo respeita as normas da rede social em que está inserido, pode alcançar recompensas internas e externas a ela, mas se desrespeitá-las, agindo em interesse próprio contra a coletividade, encontra sanções ao seu comportamento. Coleman (1988) salienta que esta forma de capital social facilita certas ações, porém, dificulta atitudes desarmônicas em relação à coletividade.

14 “Social capital is defined by its function. It is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors – whether persons or corporate actors – within the structure. Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that in its absence would not be possible” (Coleman, 1988, p. S98).

O capital social se refere às relações sociais que ajudam os indivíduos a alcançarem seus objetivos, havendo certas estruturas sociais que facilitam determinadas formas de capital social. A primeira seria uma estrutura social em que uma rede de relacionamentos fechada possibilitaria uma maior conectividade entre todos os seus membros. Nela as externalidades negativas podem ter seus efeitos limitados, uma vez que os membros das redes podem unir forças para punir um indivíduo que esteja rompendo as normas estabelecidas. A segunda estrutura social se basearia nas organizações sociais que, formadas para determinado fim, possibilitariam o uso de sua estrutura organizacional para outros propósitos depois que os objetivos originais fossem alcançados, facilitando a busca por novos recursos (Coleman, 1988). Coleman aponta para a função do capital social como um ativo que pode ser utilizado para incrementar atributos individuais, como o capital humano, permitindo ao agente econômico a obtenção de melhores resultados em termos econômicos.

3.3. Robert Putnam (1941-)

Putnam (2007) tem por objetivo compreender o desempenho das instituições democráticas, buscando entender a influência das instituições formais nas práticas da política e do governo. Sua obra tem como base o estudo do impacto da descentralização administrativa ocorrida na década de 1970 no Norte e no Sul da Itália. Ao observar o bom desempenho institucional no Norte e a presença de práticas clientelistas e o mau desempenho institucional do Sul, o autor se questiona acerca das condições necessárias para a criação de instituições fortes, responsáveis e eficazes¹⁵.

Putnam (2007, p.23) destaca o duplo papel das instituições: (i) as instituições moldam a política, influenciando os resultados porque *moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores*; (ii) as instituições são moldadas pela história, em que *os indivíduos podem “escolher” suas instituições, mas não o fazem em circunstâncias que eles mesmos criaram*, e suas escolhas, por sua vez, influenciam as regras dentro das quais seus sucessores fazem suas escolhas. Ademais, o autor destaca que o desempenho prático das instituições é *moldado pelo contexto social* em que atuam. Deste modo, se por um lado a mudança institucional tem como objetivo a remodelação da vida política, produzindo assim impactos econômicos, por outro lado a mudança nas instituições presentes encontra como restrição a história herdada e o contexto social no qual estão inseridas.

O legado cultural de uma sociedade pode inseri-la em duas dinâmicas distintas, num círculo virtuoso em que confiança e cooperação se autorreforçam ou num círculo vicioso em que a desconfiança mútua gera um cenário no qual é racional não cooperar. Confiança, contudo, não necessariamente tem a ver com comportamento ingênuo ou altruísta, visto que a “confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega. A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente” (Putnam,

15 Esse questionamento é semelhante ao de Douglass North. Em seu livro de 1990, *Institutions, Institutional Change and Economic Development*, o autor sugere que a chave para o bom desempenho econômico seriam instituições que facilitassem a atividade econômica através do fornecimento de incentivos que direcionassem as escolhas individuais no sentido da obtenção de aprendizados, vale dizer, de capital humano, voltado a atividades produtivas, não “piratas”.

2007, p.180). Nesse sentido, confiança tem mais a ver com comportamento estratégico do que com comportamento altruísta. Segundo Putnam (2007), as regras da confiança social a fortalecem através da redução dos custos de transação e da facilitação da cooperação. A questão que se coloca é: como passar da confiança pessoal para a confiança social? A confiança pessoal é mais comum em pequenos grupos, que são mais coesos e caracterizados por laços fortes, enquanto a confiança social está mais ligada a grupos mais dispersos, caracterizados por laços fracos e pela presença mais evidente do comportamento autointeressado¹⁶.

Putnam menciona duas fontes de confiança social, a saber, as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica. A reciprocidade é um componente altamente produtivo do capital social, combinando altruísmo no curto prazo com interesse próprio no longo prazo (Putnam, 2007, p.182). Inspirado na ideia de inserção social de Granovetter, Putnam assinala que a combinação entre ordem/cooperação e desordem/oportunismo numa sociedade dependerá dos intercâmbios sociais preexistentes, como sistemas de relacionamento horizontais ou verticais, bem como a presença e a modalidade de regras formais e/ou informais.

Segundo Putnam (2007), uma comunidade cívica caracteriza-se por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias e por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração. “A consciência que cada um tem de seu papel e de seus deveres como cidadão, aliada ao compromisso com a igualdade política, constitui o cimento da comunidade cívica” (Putnam, 2007, p.192). Quanto mais desenvolvidos os sistemas de participação cívica, mais cooperação é obtida na interação social. As razões para isso são que em comunidades cívicas: (i) existem maiores custos potenciais para o transgressor das regras sociais; (ii) estão presentes sólidas regras de reciprocidade; (iii) a comunicação é facilitada, melhorando o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos, reduzindo a incerteza; (iv) corporifica êxitos anteriores, criando um modelo culturalmente definido para futuras colaborações, ou seja, gera rotinas para solução de problemas.

Putnam (2007) argumenta que se pelo lado da demanda os cidadãos querem um bom governo, pelo lado da oferta o desempenho do governo é influenciado pela infraestrutura social das comunidades cívicas e pelos valores democráticos das autoridades e dos cidadãos. A diferença entre as diversas comunidades é que nas mais cívicas os cidadãos exigem serviços públicos mais eficazes, se associando para atingir objetivos comuns, enquanto nas menos cívicas os cidadãos “assumem o papel de suplicantes cínicos e alienados” (Putnam, 2007, p.191). Observa-se, portanto, um caminho de mão-dupla entre desempenho do governo e qualidade dos cidadãos, de modo que uma vez iniciada uma dinâmica, de cooperação ou não cooperação, esta tende a se perpetuar. Enquanto as associações cívicas “reforçam os ‘hábitos do coração’ que são essenciais às instituições democráticas estáveis e eficazes” (Putnam, 2007, p.27), a ausência de uma cultura cívica gera um círculo vicioso em que “por

16 Sobre o conceito de laços fracos e laços fortes, ver Granovetter (1973; 1983). Laços fortes seriam aqueles estabelecidos entre pessoas bastante próximas, como familiares e amigos íntimos, já os laços fracos seriam aqueles estabelecidos no cotidiano mais amplo das pessoas, como colegas de trabalho, de faculdade e conhecidos em geral. Sobre a construção da confiança em ambientes institucionais pouco propícios à sua emergência espontânea, ver Locke (2001).

reagirem racionalmente ao contexto social que lhes foi legado pela história, os indivíduos acabam reforçando as patologias sociais” (Putnam, 2007, p.188).

Diante do exposto, pode parecer desanimador e até mesmo inócuo qualquer esforço no sentido da elaboração de políticas voltadas ao incremento da qualidade das instituições e do desenvolvimento econômico. Contudo, Putnam (2007) destaca três lições retiradas da análise da experiência italiana: (i) o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições; (ii) mudando-se as instituições formais pode-se mudar a prática política; (iii) a história institucional costuma evoluir lentamente. Segundo Putnam (2007), a presença de uma cultura cívica seria mais importante para um bom desempenho institucional do que uma boa dotação inicial de recursos econômicos. Deste modo, Putnam se aproxima de Coleman na compreensão do capital social como um ativo que pode ser utilizado por indivíduos ou grupos como forma de melhorar seus resultados econômicos.

4. Avaliações crítica acerca da ideia de capital social

Sabatini (2005) aponta o caráter vago do conceito de capital social, o que acabaria por produzir uma multiplicidade de definições e uma consequente falta de consenso entre os diversos autores que fazem uso dessa categoria teórica. Segundo Darlauf (2002), o capital social possuiria uma ilusão conceitual caracterizada por ambiguidades. As oportunidades econômicas proporcionadas por redes dotadas de capital social positivo somente estariam disponíveis de forma localizada, sendo mais um atributo de redes específicas do que das estruturas sociais em geral.

A ausência de unidade conceitual dificulta, por sua vez, a construção de um único método capaz de mensurar o capital social em localidades distintas, já que se trata de um conceito multidimensional e cada autor aborda um aspecto específico do conceito. Deste modo, as mensurações de cada pesquisa se mostrariam diferentes e incompatíveis entre si, o que tornaria uma comparação dos resultados empíricos dessas pesquisas impraticável (Sabatini, 2005). Assim, a falta de um conjunto universal de indicadores capazes de quantificar o estoque de capital social traz outro desafio para esse campo de estudos. Eleger indicadores universais seria um ponto fundamental para possibilitar a comparação dos estoques de capital social em localidades com aspectos socioeconômicos diferentes. Contudo, uma uniformidade dos indicadores para a elaboração de testes econométricos sólidos demandaria a construção de um conceito preciso e consensual de capital social.

Além da crítica no que concerne à ausência de unidade conceitual, outros entraves se apresentam ao campo de estudos sobre capital social. Alguns acadêmicos começaram a tratar o tema como a solução para todos os problemas internos e específicos de cada localidade, se convertendo numa espécie de cura milagrosa para todas as doenças socioeconômicas, em que as comunidades, as cidades, ou os países que conseguissem obter altos níveis de capital social alcançariam o desenvolvimento econômico. Identifica, portanto, uma vulgarização do conceito de capital social, utilizado como uma “panaceia para todas as enfermidades que afetam a sociedade, nos Estados Unidos, ou no exterior” (Portes, 2000, p.133).

Portes (2000) salienta o fato de que há uma omissão de alguns aspectos negativos inerentes ao capital social. Em primeiro lugar, ao mesmo tempo em que um grupo facilita

o acesso a certos recursos para seus membros, dificulta a produção dos mesmos benefícios para pessoas estranhas à comunidade. Desta forma, a rede por um lado encontraria a coesão interna, mas por outro lado, trataria as pessoas externas a ela com hostilidade, suspeita, ou até ódio (Fukuyama, 2000). Segundo, ao participar de uma rede fechada, um indivíduo precisaria cumprir certas exigências de conformidade. Consequentemente, a privacidade e a autonomia dos indivíduos tornar-se-iam reduzidas nessas redes, uma vez que os agentes se veriam limitados em suas ações, temendo uma punição ou até mesmo a exclusão da comunidade. Sintetizando, pode existir uma restrição à liberdade individual dentro de comunidades muito rígidas.

Além dessa limitação à liberdade individual, o “fechamento de grupos ou das comunidades pode, em certas circunstâncias, impedir o êxito de iniciativas empresariais dos seus membros” (Portes, 2000, p.148). Por exemplo, se os familiares ou amigos de empresários bem-sucedidos comessem a pedir emprego ou empréstimos, essa assistência aos membros da comunidade acabaria por suprimir a expansão ou ruir o empreendimento. Portes (2000, p.148) assinala ainda que existem “situações em que a solidariedade do grupo é cimentada pela experiência comum da adversidade e pela oposição às tendências dominantes da sociedade”. Nesse caso, pessoas que individualmente se destacam em uma comunidade pobre podem causar a deterioração da coesão desse grupo, afastando o indivíduo bem-sucedido da comunidade. Esse aspecto é chamado por Portes de normas de nivelamento descendentes.

Outro ponto sujeito a críticas remete ao emprego do conceito de capital. Alguns autores, como Robert Solow, afirmam que o termo capital social estaria sendo utilizado de forma incorreta, pois sendo o capital social distinto das outras formas de capital, uma nomenclatura com uma analogia mais precisa seria, segundo o autor, *Behavior Patterns*¹⁷ (Solow, 2000). Diante disso, a crítica que se estaria propondo é a de que capital social não se trataria de capital, mas apenas de um padrão de comportamento.

Para Adler & Kwon (1990, p.5-6), o capital social apresentaria algumas características similares a outras formas de capital, mas também, possuiria aspectos bem distintos delas. Assim como as outras formas de capital, o capital social teria por objetivo um retorno esperado dos investimentos em relações sociais. Nesse caso, o indivíduo investiria em relações sociais para obter uma recompensa futura, sob a forma de acesso a informações, ao poder ou à solidariedade. O capital social pode ser tanto alienável, segundo a visão de Coleman, quanto convertido em outro tipo de capital, segundo Bourdieu, podendo ainda ser substituído ou complementado por outros recursos. Assim como o capital físico e como o capital humano, mas diferente do capital financeiro, o capital social precisa de manutenção, em que a falta de uso causaria sua depreciação.

Quanto às diferenças que o capital social guarda em relação ao capital, está seu caráter de bem público, não privado. Deste modo, o uso do capital social por um indivíduo não exclui outros agentes de seu uso, o que torna o capital social suscetível ao chamado de comportamento *free rider* (carona). Ademais, o capital social não está enraizado nos

17 Termo traduzido para o português como “padrões de comportamento”.

agentes, mas nas relações que estabelecem entre si, de modo que ninguém detém direitos de propriedade em relação ao capital social – “a alocação de capital social em redes sociais significa que ele não pode ser trocado” (Adler & Kwon, 1990, p.6). Por fim, o capital social ainda não possui ferramentas capazes de mensurar com eficácia o nível de investimento para o seu desenvolvimento.

Motta (2012), numa perspectiva distinta e mais cética que a dos críticos anteriormente mencionados, identifica o capital social com uma estratégia ideológica de construção de uma hegemonia do capitalismo globalizado, ou capitalismo financeiro, que se consolida a partir da década de 1990¹⁸. De cunho liberal, as teorias do capital social, especialmente a de Putnam, atribuiria um duplo papel à educação, a saber, o de fornecer capital social e capital humano, transferindo a responsabilidade pela empregabilidade do Estado para o indivíduo. Deste modo, com o novo modelo de acumulação que emerge a partir da década de 1990, reformula-se o papel do Estado, do qual se demanda cada vez menos intervenção e mais regulação do mercado. Por conseguinte, o indivíduo passaria a ser o responsável pelo seu sucesso econômico, não devendo esperar do Estado políticas estruturais de emprego, mas sim investir em seus ativos pessoais, o capital humano e o capital social.

Sintetizando, as críticas à ideia de capital social vão desde o apontamento, já bastante comum, acerca da multiplicidade conceitual, passando pela ausência de indicadores padronizados, até à própria pertinência de se falar na forma “capital social” do capital. Para aqueles que apostam na viabilidade conceitual do capital social, o campo de estudos é bastante amplo no âmbito dos debates concernentes às redes de relacionamento, à qualidade das instituições e seus impactos no desempenho econômico, bem como dos novos modelos de negócios que surgem no âmbito da *sharing economy*.

5. Conclusão

Inicialmente vimos que o termo capital social foi empregado pela primeira vez na década de 1910, mas apenas nas décadas de 1980 e 1990 as teorias do capital social passam a permear os debates teóricos e empíricos no âmbito das ciências sociais, sendo discutido e aplicado por economistas, sociólogos e cientistas políticos. O conceito de capital social possui uma ampla aplicação em questões macroeconômicas, relativas ao desenvolvimento econômico, e em questões microeconômicas, por exemplo, na análise das modernas plataformas de compartilhamento (*sharing economy*). Em geral, a literatura sobre capital social é bastante interdisciplinar, dialogando com a Nova Sociologia Econômica de Granovetter, através da ideia de redes de relacionamento, e com a Nova Economia Institucional de Douglass North, quando trata do desempenho institucional.

Quanto à multiplicidade conceitual, Judge (2003) identifica duas correntes, uma econômica, encabeçada por Coleman e Putnam, e uma sociológica, liderada por Bourdieu. A corrente econômica partiria de um enfoque funcional, tratando o capital social como um insumo capaz de incrementar o capital humano (Coleman) ou a estabilidade e a

18 Para uma boa referência acerca das modificações produtivas ocorridas a partir da década de 1990, ver Lima (2013).

eficácia institucional (Putnam). Nessa abordagem, o capital social funcionaria como um instrumento para obtenção de benefícios econômicos. A corrente sociológica de Bourdieu diferenciaria o capital social dos demais tipos de capital, entendendo o capital social um resultado das relações humanas, estando acessível apenas àqueles que fazem parte de redes sociais restritas.

Woolcock (2001) também reconhece a existência de divergências quanto ao conceito de capital social, mas identifica um consenso em torno da ideia de capital social como normas e redes promotoras da ação coletiva. De fato, o capital social somente pode existir em redes sociais, não fazendo sentido falar em capital social individual. Contudo, enquanto Bourdieu entende o capital social como um resultado das relações sociais, Putnam e Coleman identificam um papel mais instrumental para essa modalidade de capital que emerge das interações humanas.

Segundo Bourdieu, o capital social é um produto da história que se corporifica em redes de relacionamento que habilitam o acesso dos atores sociais ao capital cultural e ao capital econômico. Nesse sentido, o capital social pode ser entendido como um recurso voltado ao alcance de determinadas finalidades, que podem ser econômicas. No entanto, o autor entende capital social em sua relação com as outras formas de capital, principalmente com o capital econômico, não reduzindo o capital social ao capital econômico. Coleman e Putnam buscam uma aplicação mais instrumental do conceito de capital social. Em Coleman o capital social é entendido como redes de relacionamento capazes de aumentar o estoque de capital humano, se aproximando do paradigma neoclássico da escolha racional. Putnam entende a confiança como um comportamento estratégico na construção de redes de relacionamento, em que as fontes de confiança social são as redes de reciprocidade – componente importante do capital social – e os sistemas de participação cívica. A presença de capital social promoveria o que o autor denomina como comunidade cívica, a partir da qual emergiria a cooperação entre os indivíduos, bem como instituições estáveis e eficazes.

Quanto às críticas direcionadas ao capital social, destacamos três tipos: (i) falta de precisão e multiplicidade conceitual; (ii) crítica ao conceito de capital, em que se destaca que não se poderia falar em capital social, posto que apesar de possuir características similares a certas formas de capital, este não seria alienável e ademais seria um bem público; (iii) crítica à ausência de ferramentas eficazes de mensuração do montante de investimento necessário para a reprodução do capital social.

Apesar das críticas direcionadas a uma falta de unidade conceitual ou mesmo de um instrumento de mensuração capaz de universalizar os resultados empíricos das pesquisas concernentes ao capital social, a leitura dos autores seminais mostrou que existe uma convergência quanto à ideia de capital social como redes de relacionamento. As diferenças emergem quanto à compreensão e ao uso em pesquisas aplicadas dessa noção de redes de relacionamento. Enquanto Coleman e Putnam empenham-se num emprego do capital social como um recurso para obtenção de resultados, Bourdieu adiciona a esse papel do capital social sua natureza estruturada e historicamente moldada. O conceito de capital social vem sendo utilizado na análise e na compreensão de questões relativas ao desenvolvimento econômico e ao desempenho institucional, o que faz dos estudos nesse campo necessários para o incremento de nossa compreensão acerca do ambiente social. A aparente confusão

em torno desses debates não deve ser vista com desânimo, mas sim como um campo de pesquisa plural a ser explorado.

Referências

- ADLER, P. S.; KWON, S. *Social Capital: The good, the bad and the ugly*. In: LESSER, E. L. *Knowledge and Social Capital*. Boston: Butterworth-Heinemann, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (ed.) *Handbook of theory and research for the sociology of education*. Nova Iorque: Greenwood Press, 1986.
- COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, n.94, 1988.
- _____. *Foundations of Social Theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail. (ed.) *Social Capital: A Multifaceted Perspective*. Washington, DC: World Bank, 2000.
- ECO, Umberto. *O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.
- FELDMAN, Rossing; ASSAF, Susan. *Social Capital: Conceptual Frameworks and Empirical Evidence: An Annotated Bibliography*. Washington: The World Bank/ Social Capital Initiative, working paper n.5, 1999.
- FIELD, John; SCHULLER, Tom; BARON, Stephen. *Social Capital: Critical Perspectives*. Oxford : Oxford University Press, 2000.
- FUKUYAMA, Francis. Social Capital and Civil Society. *IMF Working Paper* 00/74, April, 2000. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/30/Social-Capital-and-Civil-Society-3547> (acesso em: 25/01/19)
- GAUNLETT, David. *Making is Connecting: the social meaning of creativity, from DIY and knitting to YouTube and Web 2.0*. Cambridge: Polity Press, 2011.
- GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, n.78, p.1360-1380, 1973.
- _____. The strength of weak ties: a network theory revisited. *Sociological Theory*, v.1, p.201-233, 1983.
- JUDGE, Robert. Social Capital: building foundation for research and policy development. *Horizons*, vol.6, n.3, 2003.
- LEE, Caroline W. The sharers gently-used clothes. *Contexts*, v.14, n.1, p.17-18, 2015.

LIMA, Humberto e Silva Ribeiro de. Dependência Econômica sob a Hegemonia do Capital Financeiro. Tese de Doutorado, Unicamp. Campinas, SP: [s.n.], 2013.

LIN, Nan. *Social Capital: a theory of social structure and action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

LOCKE, Richard. Construindo Confiança. *Economica*, v.3, n.2, p.253-281, dez., 2001.

MARCONATTO, Diego; PEDROZO, Eugenio Avila. Capital Social: uma visão integrada. In: XXXV ENCONTRO DA ANPAD, Rio de Janeiro/RJ, 4-7 de setembro, 2011.

MELO, Paulo Thiago Nunes Bezerra de; REGIS, Helder Pontes; BELLEN, Hans Michael van. Princípios epistemológicos da teoria do capital social na área da administração. *Cadernos EBAPE.BP*, v.19, n.1, artigo 8, p.136-164, jan./mar., 2015.

MENEZES, Divino Barcelos de; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araujo Querida; CARNIELLO, Monica Franchi. O Capital Social: uma ferramenta para implementação de planejamento de desenvolvimento regional. In: THE 4th INTERNATIONAL CONGRESS – INDUSTRY COOPERATION, Taubate/SP, 5-7 de dezembro, 2012.

MOTTA, Vânia Cardoso da. *Ideologia do Capital Social: atribuindo uma face humana ao capital*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

NORTH, Douglass. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PARIGI, Paolo; COOK, Karen. Trust and relationships in the sharing economy. *Contexts*, v.14, n.1, p.18-19, 2015.

PORTES, Alejandro. Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.33, p.133-158, set., 2000.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio Janeiro: FGV, 2007.

_____. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

_____. *Democracies in flux: the evolution of social capital in contemporary society*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

SABATINI, Fabio: The empirics of social capital and economic development: a critical perspective. In: OSBORNE, M.; SANKEY, K. and WILSON, B. (eds.) *Researching Social Capital, Lifelong Learning Regions and the Management of Place: an international perspective*. London and New York: Routledge, 2005.

SANTOS, Fabio Franklin Storino dos. Capital Social: vários conceitos, um só problema. Dissertação (mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV), São Paulo, 2003.

SCHOR, Juliet. Getting sharing right. *Contexts*, v.14, n.1, p.14-15, 2015.

SCHOR, Juliet; FRENKEN, Koen. Putting the sharing economy into perspective. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, n.23, p.3-10, 2017.

SOLOW, Robert. Notes on Social Capital and Economic Performance. In DASGUPTA, P; SERAGELDIN, I. (ed.) *Social Capital: A Multifaceted Perspective*. Washington, DC: World Bank, 2000.

TÓDERO, Samel Augusto; MACKE, Janaina. Capital Social em equipes de trabalho: uma análise segundo o grau de formalização dos processos. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação*, v.2, n.2, p.54-80, jan./abr., 2015.

WALKER, Edward T. Beyond the rethoric of the “sharing economy”. *Contexts*, v.14, n.1, p.15-17, 2015.

WOOLCOCK, Michael. The place of social capital in understanding social and economic outcomes. *Canadian Journal of Policy Research*, vol.2, n.1, p.1-17, 2001.